

A REDUÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO NA GEOGRAFIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O PROFISSIONAL*

Martha Priscila Bezerra PEREIRA**
Xisto Serafim de Santana de SOUZA JÚNIOR***
Gilnei MACHADO****

Resumo: A atual dinâmica espacial tem influenciado o profissional de geografia na necessidade de observação do espaço a partir de diferentes olhares. Diante desse quadro de referências, o presente trabalho, a partir de observações realizadas nas cidades de João Pessoa (PB) e Francisco Beltrão (PR), traz como resultado preliminar a comprovação da hipótese da existência de uma fragilidade quanto ao uso prático da teoria, pelo recém-formado. Desta forma, o texto ora apresentado consiste numa análise das consequências da redução da atividade de campo na formação do profissional de geografia.

Palavras-chave: Trabalho de campo; profissional de Geografia; método.

Resumen: La dinámica actual del espacio ha despertado en el profesional de la geografía en la necesidad de observar el espacio desde diferentes puntos de vista. Frente a este marco de referencia, el presente trabajo, a partir de las observaciones realizadas en la ciudades de João Pessoa (PB) y Francisco Beltrão (PR), tiene como resultado preliminar la comprobación de la hipótesis de la existencia de una fragilidad respecto del uso práctico de la teoría, por el estudiante recién graduado. De este modo, o texto que se apresenta consiste en un análisis acerca de las consecuencias de la reducción do trabalho de campo en la formación del profesional de la geografía.

Palabras-clave: Trabajo de campo; profesional de la Geografía; método.

1. Introdução

Quando nos deparamos com a necessidade de escrever sobre a evolução do pensamento geográfico brasileiro, existe sempre uma tendência inicial de se tentar contextualizar o desenvolvimento científico a partir tanto dos próprios acontecimentos históricos como pela análise dos conceitos tidos como elementos-chave do saber geográfico. A reprodução dessas duas formas de observação encontra-se refletida na produção acadêmica (dissertações e teses) e exercício profissional, o que favorece a observação de um “continuismo” na perspectiva de analisar a estruturação do saber científico.

Por outro lado, os debates sobre a evolução do pensamento geográfico a partir das práticas do profissional são restritos a profissionais mais preocupados em querer entender como o geógrafo ou professor de geografia vem se utilizando da técnica do trabalho de campo, deixando de lado um estudo mais minucioso da associação dos arcabouços teórico-metodológicos no desenvolvimento dessa atividade. Nessa perspectiva, as preocupações com as práticas do profissional adquirem importância tão relevante como às relacionadas (re)definições de sua visão de mundo.

Em palavras mais provocativas, poderíamos propor ao leitor a seguinte reflexão: sendo você hoje um profissional em atividade (professor ou geógrafo) qual a sua percepção no que diz respeito as reais competências do recém-formado (licenciado ou bacharel) para o exercício da profissão? Será que de fato este se encontra preparado para observar a realidade aplicando todo o arcabouço teórico apreendido na Universidade? Por sua vez, sendo o prezado leitor este recém-formado, qual a principal dificuldade que se tem para iniciar sua atividade profissional a partir do que foi repassado durante o curso? O que ficou, de fato, como lacuna?

Diante desse quadro de referência, o presente artigo tem como principal objetivo evidenciar que a redução das atividades de campo durante o processo de formação do profissional tem influenciado diretamente na qualificação do mesmo uma vez que este, ao ser incluído no mercado de trabalho, acaba se

* Texto originado a partir de experiências desenvolvidas pelos autores enquanto atividade de extensão e pesquisa.

** Doutoranda em Geografia, FCT/UNESP, bolsista CAPES, mpbcila@yahoo.com.br.

*** Doutorando em Geografia, FCT/UNESP, bolsista CNPq, xtojuno@yahoo.com.br.

**** Doutorando em Geografia, FCT/UNESP, bolsista CNPq, gilmachad@yahoo.com.br.

deparando com as lacunas produzidas pela ausência de experiências que possibilitem uma observação mais completa dos fenômenos, a partir de diferentes olhares metodológicos.

Neste sentido, buscaremos em experiências anteriores, realizadas em João Pessoa (PB) e Francisco Beltrão (PR), evidenciar as principais conseqüências da redução da atividade de campo na formação do profissional de geografia, assim como apontar alguns caminhos que possam servir de eixos norteadores para realização da atividade de campo.

Para isto, optamos por dividir o texto em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira buscaremos analisar a influência do trabalho de campo na criação da identidade do profissional de geografia, a partir de um breve resgate dos principais fundamentos das correntes metodológicas utilizadas na atualidade (materialismo, fenomenologia, método hipotético e complexidade) e suas aplicabilidades a partir da atividade de campo. Em seguida, nos propomos a fazer uma breve análise de como o profissional de Geografia (Bacharel ou Licenciado) se utiliza dessa atividade no exercício de sua profissão. Finalizamos, evidenciando, a partir de experiências adquiridas em João Pessoa (na realização de um mini-curso) e Francisco Beltrão (trabalho de monografia de Pós-Graduação), as principais dificuldades dos recém-formandos quando se deparam com a necessidade de atuar profissionalmente, fornecendo algumas informações de procedimentos gerais para a realização da atividade de campo.

2. A influência do trabalho de campo na formação da identidade do profissional de Geografia

Ao longo do processo de desenvolvimento científico o profissional de geografia vem se utilizando de diversas formas para exercício de sua profissão, as quais se encontram vinculadas ao contexto histórico vivido pelo mesmo, sendo que na produção geográfica brasileira, os referenciais estão predominantemente associados às contribuições das escolas alemã, francesa e norte-americana.

Na perspectiva da escola Alemã, a importância da atividade de campo para a caracterização do profissional de geografia desponta antes mesmo da sistematização científica, através das expedições realizadas por Humboldt (meados do séc. XIX) que, se utilizando do empirismo descritivo, forneceu os primeiros parâmetros de como deveria ser o aprendizado e exercício da ciência geográfica: necessidade de conhecer as realidades; compreendê-las e explicá-las. Essa forma de prática de investigação geográfica foi eficientemente desenvolvida por seus seguidores, a exemplo de Richthofen e Schlüter na observação da paisagem como contato inicial do investigador (BOLÓS Y CAPDEVILA, 1992; GOMES, 1997).

No âmbito da produção da escola francesa, a qual se tornou um dos principais referenciais para a produção geográfica brasileira, o trabalho de campo esteve diretamente relacionado a identificação dos gêneros de vida e domínios de civilização (MORAES, 1990). Nesse contexto, caberia ao profissional de geografia ter como ponto de partida da sua investigação a observação de campo e indução a partir da paisagem com a conseqüente particularização da área enfocada, comparação e classificação (MACHADO, 2004). Desta forma, os resultados estariam relacionados a elaboração de monografias regionais.

Estas concepções foram aperfeiçoadas por Sternberg (1946) que identificou a importância dessa atividade enquanto produto inicial de um planejamento (organização em gabinete de todo o processo da pesquisa de campo), atividade prática (realização propriamente do trabalho) e resultados (manipulação dos dados obtidos em campo). Com isto, o trabalho de campo passa a ser produto do pensar o espaço para visualização de suas particularidades (SANTOS *et al.* 2000).

Na escola americana, a atividade de campo foi muito valorizada pela produção de Hartshorne, ao evidenciar a importância do empirismo enquanto identificador das homogeneidades das áreas, assim como as concepções teóricas fornecidas por Christaller acerca das funcionalidades espaciais. Além disso, a influência da Escola de Chicago acabou definindo os fundamentos para o estudo da geografia urbana, em especial no que diz respeito às dinâmicas da cidade e suas reestruturações.

Estas contribuições se tornaram os principais referenciais para o desenvolvimento da geografia brasileira no que diz respeito às bases para a realização da atividade de campo, tanto pelo profissional que se dedica ao estudo da dinâmica da natureza, como por aquele que busca identificar as relações da sociedade nesta dinâmica. Contudo, a grande dificuldade decorrente dessa diversidade de influências está justamente relacionada à definição do procedimento que seria mais adequado aos estudos geográficos

levando o profissional a “cair” sempre na armadilha de se preocupar com as dicotomias produzidas por estas influências e não com a problemática em si.

Isto pode ser bem evidenciado na prática do trabalho de campo enquanto técnica de investigação científica. Ao se deparar com a realidade, evidência dos fenômenos, o profissional vivencia o desafio de tentar associar as relações entre os fenômenos apresentados com os devidos alicerces teórico-metodológicos, apesar de não ter tido experiência similar durante o curso.

Diante disto, partindo do pressuposto que o profissional pode se utilizar de métodos de análise diferenciados sem com isso abandonar a natureza de sua própria formação acadêmica e profissional, como cada método poderia ser empregado na realização da atividade de campo pelo profissional de geografia? Quais os principais limites e proximidades entre as perspectivas metodológicas?

3. Métodos científicos e a prática do trabalho de campo

Como toda ciência, a Geografia recorre a fundamentos metodológicos para embasar seu objeto de estudo – o espaço geográfico. Os profissionais de geografia da atualidade estão desenvolvendo suas atividades através de diferentes formas de visualização da dinâmica sócio-espacial. Uma dessas perspectivas tem sido desenvolvida com o uso dos fundamentos da geografia pragmática que observa, nos modelos, a formação de hipóteses acerca da estruturação espacial. Outras, encontram-se relacionadas a investigação a partir das relações afetivas entre os indivíduos (fenomenologia) ou através de suas práticas sócio-espaciais (materialismo histórico e dialético). Além dessas, a teoria da complexidade vem sendo trabalhada enquanto metodologia científica e trazendo contribuições significativas na geografia.

No que diz respeito ao método hipotético-dedutivo, este, de acordo com Japiassu; Marcondes (1990, *op. cit.* SPOSITO, 2004, p.29), corresponde à forma com a qual “se constrói uma teoria que formula hipóteses a partir das quais os resultados obtidos podem ser deduzidos, e com base nas quais se pode fazer previsões que, por sua vez, podem ser confirmadas ou refutadas”. O mesmo tem suas origens em René Descartes (1596 – 1650) o qual procurou formular um método global baseado na razão e no rigor matemático. Indução e dedução eram para Descartes procedimentos do pensamento.

O profissional que se utiliza do método hipotético-dedutivo deve evitar toda e qualquer precipitação na formulação de conclusões, ou seja, deve estar desvinculado de preconceitos sobre o objeto estudado, de forma que o resultado alcançado tenha uma veracidade capaz de inibir tentativas de contestações, sendo estes produtos de evidências, ou dados concretos, tendo em vista que Descartes parte do princípio que “os sentidos nos enganam, somente as idéias da razão são claras e distintas” (SPOSITO, 2004, p.31).

Como explica Sposito (2004, p.32), “para a Geografia a abordagem do empírico é fundamental tanto para a produção da informação geográfica quanto para a análise a partir da observação”, com o objetivo de mostrar o mundo real, o mundo de nossa vivência, descrito por hipóteses e deduções.

Tais preocupações evidenciam a relevância da utilização deste método pelo profissional de Geografia na realização dos trabalhos de campo, como forma de entender e explicar o lugar em que vivemos, uma vez que o mesmo pode subsidiar a organização desta atividade através da identificação do que se quer e do que se precisa verificar e como se espera encontrar a realidade. Em outras palavras, temos um problema a ser resolvido, o qual ocorre em um determinado objeto ou área, porém não temos ainda certeza de quais são as suas causas, por isso formulamos hipóteses.

No entanto, as respostas a estas hipóteses não poderão ser alcançadas sem que se realize um trabalho de levantamento e análise de informações, as quais são conseguidas por meio de trabalho de campo associado a um trabalho minucioso de gabinete que possibilite identificar esta realidade, mesmo que para isso o objeto de estudo tenha que ser completamente compartimentado.

Já no que diz respeito aos estudos geográficos alicerçados no materialismo histórico e dialético, estes não são recentes uma vez que se encontram registros dos mesmos desde o início dos anos de 1960, nos Estados Unidos, fruto de algumas inquietações de professores e alunos universitários diante da guerra do Vietnã, da luta por direitos civis e da crise da poluição e da urbanização, através do aparato das obras de Marx e Engels com relação ao espaço (CHRISTOFOLETTI, 1982). Contudo, coube ao núcleo de geógrafos inseridos no partido comunista francês o início da construção de um embasamento geográfico alicerçado no materialismo histórico e dialético.

O principal viés abarcado foi justamente o de formular uma compreensão geográfica aparada nas análises acerca dos processos das relações sociais representadas nas formações sócio-econômicas ocorrentes na organização do espaço, tendo como embasamento o materialismo histórico e dialético. O espaço de aplicabilidade passa a ser prioritariamente a realidade urbana e todas as suas contradições, dinâmicas e interesses sócio-espaciais, tendo nas contribuições de Quaini (1979), Lacoste (1997), Santos (1985; 1997), além de pesquisadores de outras ciências sociais como Lefebvre (2001), Castells (2000) os principais referenciais para análise.

É de acordo com essa compreensão – fornecimento de uma visão das diversidades atuantes no espaço – que se encontra inserido o materialismo histórico aplicado à Geografia. O aporte fornecido por esse método, possibilita ao geógrafo ou professor de geografia realizar um registro das funções, formas e estruturas pertencentes a um processo contínuo registrado no espaço, o qual se modifica apenas quando ocorrem mudanças nas ações evidenciadas no mesmo. Em outras palavras, poderíamos afirmar que os objetos atuam interagindo entre si, alterando, segundo as intenções da organização da sociedade, suas categorias de ação, sendo o principal desafio do observador a visualização dessa dinâmica. Dessa forma, em sua aplicabilidade para a prática do trabalho de campo, este aporte teórico-metodológico possibilita, ao contrário de outras concepções, a compreensão de uma totalidade pautada nas contradições das práticas realizadas no espaço.

Contudo, a maior dificuldade do profissional que opta pelo uso desse método é justamente saber identificar o peso correto da influência da natureza para a sociedade ou vice-versa, ou até mesmo entender como se dá à troca de influência entre as sociedades. Assim, na prática da atividade de campo o profissional pode ter como ponto de partida a análise de temas de relevância social, tais como: pobreza, degradação ambiental, desigualdades sócio-espaciais etc.

Por sua vez, formulada após a 2ª Guerra como fruto do trabalho de autores como Yi-Fu Tuan, Edward Relph, Anne Buttimer, entre outros, a fenomenologia surge como uma forma de visão de mundo pautada no interesse pela observação das aparências dos fenômenos e como os mesmos são apreendidos pelos indivíduos (FOULQUIÉ, 1967), no sentido de explorar a supressão de todos os preconceitos que um indivíduo por ventura tenha sobre a origem dos objetos. Assim a “fenomenologia utiliza como fundamental a experiência vivida e adquirida pelo indivíduo. Desta maneira contrapõe-se as observações de base empírica, pois não se interessa pelo objeto nem pelo sujeito” (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 22).

Para o geógrafo ou professor de Geografia esta forma de ver o mundo reflete sobre os fenômenos geográficos no intuito de compreender melhor o homem, ou seja, a fenomenologia possibilita, através do relacionamento das pessoas com a natureza, entender o mundo humano (TUAN, 1976, *op. cit.* CHRISTOFOLETTI, 1982).

Assim sendo, ao contrário dos adeptos do materialismo ou até mesmo da pragmática ou quantitativa, os fenomenologistas procuram identificar a relação do homem com o ambiente vivido a partir da percepção que ele tem do mesmo, no sentido de explorar deste a memória constituída ao longo do seu relacionamento com o espaço. Ao contrário das concepções anteriores, o desafio passa a ser então o de se identificar os símbolos, imagens e percepções dos indivíduos no espaço.

Desta forma, cabe ao geógrafo ou professor de geografia explorar, ao fazer o trabalho de campo, as observações desses elementos na própria configuração do espaço no qual os indivíduos criam laços pelas suas práticas. É neste contexto que o aporte fenomenológico possibilita ao profissional de Geografia uma forma alternativa de se estudar o espaço segundo as representações dos próprios indivíduos que o formam.

Contudo, no âmbito do debate acadêmico uma outra metodologia vem ganhando um número cada vez maior de adeptos. Estamos nos referindo ao método complexo, decorrente da aceleração do desenvolvimento em várias áreas do conhecimento e nas formas de agir em relação a problemas que se tornaram de preocupação mundial. Conforme pode ser observado nas análises anteriores, tais fatores fizeram com que se gerasse uma crise denominada por Edgar Morin como uma crise planetária ou uma policrise (PETRÁGLIA, 2003), ou seja, a evidência de uma crise teórica e prática no estudo da relação sociedade e natureza, a qual suscita a necessidade de observação dos fenômenos a partir de diferentes olhares, porém simultâneos.

De acordo com Morin (2005) a complexidade surgiu na ciência desde o século XIX, ainda que não se denominasse dessa forma. Com os fundadores da cibernética, esse conceito aparece de forma

explícita na ciência e provoca uma revolução no pensar em várias áreas do conhecimento. A partir desse momento busca-se observar os fenômenos segundo uma perspectiva transdisciplinar.

Numa primeira aproximação com o tema precisamos considerar que um fenômeno possui uma quantidade enorme de interações e interferências, nas mais variadas escalas de entendimento e áreas de conhecimento. Nessa forma de entender o mundo alguns princípios são considerados importantes como o princípio da incerteza, o da emergência e o do pensamento simples. Algumas noções importantes nesse contexto são: ordem-desordem-desorganização, o entendimento do indivíduo enquanto sujeito, o movimento das idéias e a busca pela transdisciplinaridade. (MORIN, 2005; PETRÁGLIA, 2003).

Autores como Aleksandrowicz (2002), Augusto *et al.* (2001), Porto (2002), Silva; Conversani (2002), entre outros, têm trabalhado esta teoria enquanto metodologia de estudo na área da saúde coletiva quando tratam da relação entre saúde e meio ambiente. Por sua vez, geógrafos como Dematteis (1995, *op. cit.* SAQUET, 2004), Guimarães (2003) e Sá (2004) também têm trabalhado essa metodologia com objetivos diferenciados, porém enfatizando a relação entre escalas geográficas para entender as relações espaciais.

Em geral esses autores consideram a grande quantidade de componentes a serem analisados, tanto numa escala coordenada (horizontal) quanto hierarquizada (vertical); a interação mútua entre os elementos a serem estudados; o dinamismo da realidade e dos conhecimentos que estão em constantes mudanças e a abertura do diálogo interno entre os saberes científicos, assim como o diálogo destes com outras formas de conhecimento, como fundamentos de uma pesquisa científica.

Dessa forma, o trabalho de campo do profissional em Geografia, realizado com este aporte metodológico, deve ser pensado a partir da problemática identificada no objeto de estudo assim como as possíveis relações que possam interferir no mesmo. Cabe ao profissional desenvolver suas habilidades de interpretação da dinâmica sócio-espacial segundo a sobreposição dos diversos arranjos espaciais produzidos ao longo do tempo e presentes simultaneamente no espaço.

4. O profissional de Geografia e o trabalho de campo

O objetivo primordial e mais nobre dos trabalhos de campo talvez seja, na atualidade, o da interferência no meio estudado. Sendo assim, a utilidade das observações de campo não se limita apenas à resolução de problemas de aprendizado, mas também à de problemas reais que envolvam o ambiente e a sociedade, em especial, de áreas urbanizadas, onde os mesmos estão mais aflorados.

Para além destas questões, emerge, como elemento de significativa importância no repensar profissional, a articulação necessária dos cursos de Geografia com a realidade sócio-ambiental brasileira, objetivando a identificação das demandas sociais e ambientais emergentes e do encaminhamento de ações pedagógicas nesse sentido.

Junker (1971) afirma que é duvidoso que alguém possa tornar-se um bom profissional a menos que tenha tido a capacidade de encarar, com espírito de investigação, o mundo no qual está inserido. Complementaríamos a idéia do autor dizendo que é duvidoso que uma universidade forme profissionais capazes de resolver problemas de ordem sócio-ambientais, se esta não oferece condições para que os mesmos aprendam na prática, visualizem tais problemas e entendam a relação deles com a complexidade de elementos que compõem o espaço.

Estas colocações nos remetem ao objetivo primeiro deste trabalho: a discussão da necessidade de trabalhos de campo para a qualificação do profissional de geografia no estudo de áreas urbanizadas. Por ela passa a discussão da formação do bacharel (prática social), assim como a do licenciado (prática social e educacional), havendo, portanto, a necessidade de uma profunda discussão sobre o futuro da Geografia brasileira.

No caso do docente, este se depara com o desafio de ter que aprender a obter novos dados em grande variedade de ambientes, para ter condições de propor soluções para os problemas de ordem sócio-econômica e ambiental que se deseja resolver na atualidade. Para que isso seja possível não basta apenas a formação teórica realizada em sala de aula, sendo necessária a prática da atividade de campo como elemento complementar a superação deste desafio.

Neste contexto, aulas teóricas e práticas se complementam, pois os conceitos de que se necessita para a observação de campo devem ser ofertados em sala de aula, previamente à realização da atividade prática, de modo a penetrar em uma situação na qual possa obter mais conhecimento e experiência o que possibilitaria a elaboração de prognósticos mais confiáveis.

Outro fator relevante é justamente a formação do professor que deve ser orientada para sua prática, expressa na especialidade do ser professor. Neste sentido, como afirma Suertergaray (1994, p.140),

não basta ter no currículo algumas disciplinas instrumentais e teóricas para os bacharéis, não basta ter no currículo algumas disciplinas pedagógicas para os licenciados. Faz-se necessário repensar a Pedagogia no III Grau. Faz-se necessário a ultrapassagem do ensino discursivo para a perspectiva da construção do conhecimento.

Contudo, tendo em vista a realidade sócio-econômica do país, o maior desafio encontra-se relacionado à ausência de recursos para a realização da atividade de campo assim como a redução cada vez mais progressiva do estímulo por parte dos setores administrativos das universidades quanto ao entendimento sobre a relevância da mesma. Nesse contexto, o professor tem como uma importante alternativa a própria criatividade, ou seja, criação de meios que possam levar a superação desses problemas conjunturais.

Apesar de tais fatores limitantes, se faz necessário que o professor invista na obtenção do domínio técnico através de pressupostos pedagógicos enquanto ferramentas para união da teoria à prática na formação do licenciado e bacharel em geografia.

Já no que diz respeito ao uso da atividade de campo por parte dos geógrafos, esta nasce com o desenvolvimento da própria profissão. De fato, os dados coletados por geógrafos ligados ao IBGE e às Universidades brasileiras foram e são, desde a década de 1930, base de análise para profissionais do mundo inteiro e, no Brasil, vem servindo de fonte de informação para administradores. Em decorrência disso, a Geografia passou a ocupar um lugar de destaque no estudo sobre as dinâmicas sócio-espaciais, o que levou a regulamentação da profissão pelo sistema Confea-CREA, no final dos anos 1970.

Contudo, se de um lado esta regulamentação resultou numa certa segurança para a atuação do profissional; por outro lado, muitos ainda sentem dificuldade de exercer sua profissão em decorrência de uma deficiência no seu processo de formação a qual vai desde o aprendizado no uso das técnicas à capacidade de apreender as particularidades encontradas no espaço, devido à ausência de trabalhos de campo durante a formação.

Neste contexto, o trabalho de campo é compreendido como elemento essencial para os futuros geógrafos, uma vez que estes têm necessidade dos conhecimentos que podem ser adquiridos por meio desta atividade. Esta carência é particularmente sentida no desenvolvimento ou no decorrer das disciplinas ministradas nos cursos de graduação, de acordo com os parâmetros de cada disciplina.

Levando em consideração que a Geografia tem por compromisso formar o cidadão para o entendimento do espaço geográfico em sua totalidade, o geógrafo passa a ter uma função muito importante, uma vez que se torna capaz de entender arranjos que escapam ao olhar do leigo. Contudo, esta capacidade encontra-se diretamente relacionada à própria experiência que o mesmo passa a ter durante o curso no que diz respeito ao desenvolvimento da habilidade de entender a realidade a partir de diversas concepções teóricas e metodológicas.

5. A atividade de campo em cidades médias: um relato de experiência e novas perspectivas

Durante o XVI Encontro Regional de Estudantes de Geografia, ocorrido em João Pessoa – PB, foi realizado um mini-curso com estudantes de diversas universidades do nordeste, o qual teve como principal objetivo o desenvolvimento de uma atividade de campo, fundamentada em aportes teóricos e orientações quanto ao uso da técnica de trabalho de campo. Para isso, enquanto coordenadores do mini-curso, escolhemos o Bairro de Cabo Branco, na porção leste de João Pessoa, para realização da atividade. A escolha do mesmo foi decorrente da presença de variados contrastes físico-naturais e sócio-espaciais, além da própria facilidade de acesso.

Por se tratar de um mini-curso de curta duração, a parte do planejamento e coleta das informações primárias, assim como o repasse das informações sobre o embasamento teórico e análise das técnicas, foram desenvolvidos em sala de aula pelos organizadores da atividade. Em seguida, após a divisão da turma em grupos foi realizada a atividade de campo propriamente dita, sendo a sistematização dos dados efetivada posteriormente (SANTOS *et al.*, 2000).

A partir dessa experiência foi possível observar a boa receptividade dos alunos com relação ao tema e o interesse em efetivar um trabalho de campo de qualidade. Por outro lado, percebemos dos mesmos uma certa dificuldade na utilização dos termos inerentes as perspectivas metodológicas selecionadas: geografia crítica e geografia humanística; além da própria dificuldade dos grupos em selecionar um conceito a ser trabalhado como elemento norteador.

Com o desenvolvimento desta atividade pôde-se perceber a dificuldade dos alunos em associar o conteúdo aprendido em sala de aula à identificação da dinâmica da realidade estudada, o que remete a um maior incentivo para que estes ao realizarem atividades de campo, tenham antes as informações devidamente repassadas em sala de aula, tanto no que diz respeito aos fundamentos teórico-metodológicos quanto aos procedimentos técnicos.

Embora tenha existido uma preocupação em descrever passo a passo a metodologia para prática da atividade de campo, assim como os principais fundamentos teóricos que pudessem ser utilizados como aporte a prática desta atividade, o fato de termos realizado a experiência com os grupos, em um mesmo espaço, acabou evidenciando as dificuldades destes em associar os fundamentos teóricos com os respectivos fenômenos aos quais foram postos em desafio.

De fato, apesar do local selecionado possibilitar a observação de diversos contrastes e de muitos participantes serem oriundos de outras cidades, houve uma certa dificuldade do grupo em registrar as particularidades evidenciadas no espaço, segundo o eixo teórico previamente posto. Isso nos levou a conclusão de que a multiplicidade de funções desses espaços, associado aos fatores limitantes de ordem teórico-metodológica, e a capacidade de observar o espaço fora dos limites de sua materialidade, se apresentam como as principais barreiras para o desenvolvimento de uma atividade de campo.

Mas, onde estaria a lacuna que levaria a essa dificuldade de se observar a realidade através da habilidade de se relacionar a uma determinada linha teórico-metodológica?

Uma pista para responder a este questionamento foi obtida a partir de uma outra experiência realizada, desta feita, em Francisco Beltrão-PR enquanto estudo monográfico para o curso de especialização em educação da Fundação Universidade Federal de Rio Grande (MACHADO, 2004). Neste caso o objetivo principal esteve relacionado a evidenciar que, por fatores de ordem econômica, as Universidades têm reduzido cada vez mais os investimentos em trabalhos práticos de campo.

Na oportunidade, foi possível perceber as dificuldades enfrentadas pelos alunos no que diz respeito ao relacionamento do conteúdo aprendido em sala de aula com a realidade sócio-espacial analisada. Contudo, a mesma demonstrou que a dificuldade se apresenta pela ausência da realização dessas atividades, consideradas primordiais para a formação do geógrafo ou professor. A pesquisa mostrou que a região sudoeste do estado do Paraná, área de influencia da UNIOESTE-FBE, seria beneficiada, tanto no que diz respeito aos condicionantes sócio-econômicos como no que se refere a questão ambiental, com a melhor qualificação profissional proporcionada pelas atividades práticas de campo, uma vez que a precariedade ou inexistência de laboratórios não permite que as mesmas sejam realizadas em gabinete, o que já seria interessante.

Isso nos levou a conclusão de que a multiplicidade de funções desses espaços, associado aos fatores limitantes de ordem teórico-metodológica e a capacidade de observá-lo fora dos limites de sua materialidade, se apresentam como as principais barreiras para o desenvolvimento de uma atividade de campo sendo, da mesma forma, relevante a posição de repensarmos como vem sendo efetivada a prática dessa atividade pelo graduando assim como os fatores limitantes.

Ao sobrepormos uma experiência a outra, desconsiderando a natureza em que se deu a investigação e os objetivos de ambas, mas levando em consideração que as mesmas atendiam a um objeto particular: alunos de graduação percebemos que a redução das atividades de campo tem levado os docentes ao desenvolvimento de aulas cada vez mais teóricas ou alicerçadas em meios alternativos, como o uso de documentários. Com isto, o aluno é cada vez mais afastado da experiência, tornando-se, assim, incapaz de compreender as reais particularidades da relação sociedade-natureza.

Dos poucos trabalhos de campo que ainda existem – boa parte patrocinada pela criatividade do próprio professor – alguns são realizados, praticamente, sem as devidas orientações acerca dos procedimentos técnico-metodológicos. Assim, dos alunos que ainda tem a chance de ir a campo, boa parte não conseguem perceber as particularidades evidenciadas no espaço visitado, além de terem grande dificuldade de fazer as devidas articulações entre o que foi repassado em sala de aula com o que pode ser observado em atividade de campo, segundo o levantamento realizado.

No caso de João Pessoa, a experiência demonstrou bem esta lacuna, colocando como agravante o fato de contar com a presença de estudantes de diferentes universidades, o que possibilita a criação da hipótese que se trata de uma fragilidade inerente a diversas instituições de Ensino Superior.

Isto se deve a diversos fatores, sendo os mais comuns os: a) **econômicos** (falta de infra-estrutura e recursos financeiros para a realização da atividade; b) **políticos** (limites administrativos e burocráticos postos pela instituição); c) **ideológicos** (compreensão da atividade de campo como algo irrelevante ou superficial); e d) **profissionais** (redução da competência de alguns docentes para a realização dessa atividade segundo a adoção de critérios técnicos e metodológicos necessários a condução da mesma); entre outros.

6. Procedimentos para a realização da atividade de campo

A efetivação da atividade de campo requer o uso de artifícios que viabilizem a eficácia do mesmo. Tais artifícios, ou técnicas, vão desde a necessidade de se fazer um planejamento destas até a elaboração de resultados. Tanto o geógrafo como o professor de geografia deve utilizar-se dos instrumentos práticos para efetivarem suas atividades de campo. Não é nosso objetivo a construção de modelos pré-concebidos “receitas de bolo” que evidenciem como esta atividade deva ser realizada e quais os critérios devem ser levados em consideração. Ao contrário, acreditamos que a criatividade de cada profissional, segundo o compromisso profissional do mesmo, pode levá-lo a encontrar a melhor alternativa para a realização desta atividade.

Contudo, após termos constatado tantas dificuldades para desenvolver os parâmetros para realização da atividade de campo, não poderíamos finalizar sem deixar registrada a nossa leitura em termos de procedimentos técnico-metodológicos na prática do trabalho de campo por parte do profissional de geografia.

Assim sendo, a partir de uma adaptação as contribuições fornecidas por Sternberg (1946) e Santos *et al.* (2000), propomos os seguintes procedimentos: realização de um planejamento, seguido pela prática e elaboração de resultados, numa perspectiva evolutiva.

De forma mais detalhada, teríamos:

1) Planejamento

Corresponde a “espinha dorsal” de uma atividade de campo realmente eficiente. Esta etapa divide-se em três partes fundamentais ao desenvolvimento do trabalho de campo, são elas: a) trabalho de campo exploratório (no qual deve ser realizada toda a pesquisa bibliográfica e documental, associada ao conhecimento e delimitação da área objeto de estudo assim como o estabelecimento de contatos) e; b) Roteiro do trabalho de campo (no qual devem ser delineados os objetivos, hipóteses e cronograma, assim como a escolha dos equipamentos adequados, técnica a ser adotada e confecção de dados, a exemplo do mapeamento, criação de croquis, etc.).

Este também é o momento da definição das funções, quando o trabalho for em equipe, de forma a não correr o risco de se ter informações duplamente coletadas e outras não adquiridas, o que seria altamente desagradável. Da mesma forma, é o momento de serem feitas as devidas considerações quanto aos objetivos e fundamentos teórico-metodológicos a serem utilizados durante o campo.

2) Atividade de campo

Durante o trabalho de campo propriamente dito é interessante usar e abusar da criatividade inclusive porque geralmente ocorrem imprevistos de diversas naturezas. O trabalho deve ser realizado em

quatro etapas que, dependendo dos objetivos, podem ser realizadas ou não concomitantemente. Estas etapas são:

a) Observação

Segundo George (1986) a observação é a primeira atitude a ser tomada para qualquer trabalho que se denomine geográfico uma vez que é a partir dela que se propõem os problemas. Outro autor que compartilha desse entendimento é Alves (1997) ao afirmar ser a mesma um recurso imprescindível ao geógrafo ou professor de geografia. O primeiro tipo de observação a ser realizada é a **reflexiva**, a qual, de preferência, deve ser feita do ponto mais alto da área objeto de estudo. Tal ação facilitará a formulação de problemas. Constituem-se nesse momento as primeiras impressões. É importante deixar evidenciada a necessidade da tomada de nota e efetivação de discussões, caso o trabalho seja realizado em grupo visto que muitas impressões serão desvanecidas enquanto outras poderão ser confirmadas. Num segundo momento deve ser realizada a **observação dirigida**, sendo preciso para isso, ter como suporte, o roteiro de trabalho confeccionado na fase anterior. Durante a efetivação desse momento podem ser observados os aspectos visíveis.

b) Registro

Consiste na obtenção de informações elegidas na etapa do planejamento, mais precisamente, na elaboração do roteiro do trabalho de campo. Nesse momento deve-se lançar mão das técnicas de coleta de campo necessárias à obtenção da informação almejada; Alguns dos materiais imprescindíveis são os mapas e o caderno de notas, no entanto, outras formas de registro como fichas, fotografias, croquis, etc. podem ser muito importantes a depender das características da área e do tipo de estudo a ser implementado. Mesmo com a facilidade de acesso a recursos digitais, o registro em caderno de notas ainda se apresenta como a melhor alternativa tendo em vista a facilidade de transporte do mesmo e a não dependência de acessórios. Além disso, a anotação do número das fotos (por ordenamento) e cuidados quanto aos acessórios (pilhas, baterias, etc.) podem ser o elemento diferencial para a realização de uma coleta de informações realmente eficiente.

c) Coleta de informações

A coleta de informações pode ser realizada de modo a responder questionamentos dos elementos visíveis, tais como: o relevo, o solo, a drenagem, etc. ou eliminar dúvidas relacionadas aos aspectos invisíveis como: antecedentes históricos da população, os mercados para onde esta vende os seus produtos, etc. Dependendo do tipo de informação requerida e do local estudado pode-se agrupar as perguntas em vários questionários e/ou entrevistas a grupos distintos (moradores, comerciantes, religiosos, etc.) ou ainda utilizar um só modelo para a população objeto de estudo.

Como normalmente a realização de uma atividade de campo se configura em um momento único, é sugerido o máximo cuidado com o que vai ser coletado, de forma a não se ter prejuízo financeiro ou de tempo, ou ainda ter a desagradável missão de ter que solicitar as mesmas informações ao entrevistado. Se a atividade for em grupo, é importante a realização de uma reunião entre os membros de forma a deixar bem evidenciado os objetivos da atividade. Embora o uso da máquina digital possibilite a tomada de um número cada vez mais ilimitado de imagens, é preciso ter o cuidado de verificar se os acessórios que possibilitam o funcionamento da mesma estão adequados e em bom estado.

d) Verificação e resumo de tudo o que foi realizado

Esta etapa corresponde à necessidade de se verificar todos os tipos de coletas de dados, e complementar possíveis lacunas. Além disso, deve-se verificar cuidadosamente se o equipamento trazido está completo e em perfeitas condições, organizar todo o material para o retorno da atividade de campo e fazer um resumo geral de como foi realizado o trabalho de campo.

3) Elaboração do relatório ou sistematização dos dados

Antes da redação dos resultados deve-se elaborar o material coletado. Para isso é imprescindível transcrever as notas colhidas em ordem cronológica, classificar as notas por assunto, numerar e arquivar as fotos com as devidas legendas e localização no mapa, e organizar todos os outros tipos de materiais coletados de maneira a servir para a confecção do documento final.

Diante desse material bem ordenado pode-se proceder a redação final do trabalho, podendo o mesmo como referencial para uma diversidade de atividades e consultas.

7. Considerações finais

A nossa experiência enquanto docentes e pesquisadores nos aponta para a percepção de que, os recém formados se deparam com um grande desafio no que diz respeito a sua atuação profissional: descobrir a sua identidade enquanto profissional de geografia. O bacharel acaba não sabendo utilizar efetivamente as técnicas e recursos necessários ao desenvolvimento da investigação científica. Já o licenciado, em decorrência de todos os fatores limitantes (infra-estruturais e econômicos) acaba não desenvolvendo uma das características que mais o identifica como profissional: a criatividade.

Por sua vez, ao nos colocarmos na posição dos alunos, percebemos que as dificuldades evidenciadas na formação acadêmica ultrapassam os limites dos problemas infra-estruturais e econômicos uma vez que são envolvidos por fatores de ordem pessoal, a exemplo de “um certo comodismo” por parte de professores que reproduzem um modelo pedagógico que já não mais atende às demandas sociais.

Neste contexto, Couto *et al.* (2000), nos lembra que o profissional de geografia necessita desenvolver uma maior acuidade no que diz respeito a análise do objeto de estudo, a qual só pode ser evidenciada se proveniente de um embasamento teórico e metodológico adequado as necessidades de sua atuação profissional.

Os resultados obtidos com as experiências realizadas em João Pessoa e Francisco Beltrão apenas se apresentam como um dos indicadores desse quadro de referências apresentado. Nesse sentido, fica o questionamento sobre que estratégias e táticas devem ser tomadas de forma a fazer com que a atividade de campo seja novamente observada como um dos principais requisitos para a formação profissional. Graças a prática dessas atividades é que conseguimos formar profissionais cuja contribuição ainda se apresenta como um referencial ao significado do que se configura o “fazer geografia”. O que vai ser daqui para frente?

8. Referências bibliográficas

- ALEKSANDROWICZ, Ana Maria Coutinho. Complexidade e metodologia: um refinado retorno às fronteiras do conhecimento. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (Org). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 49 – 79.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. Trabalho de campo: uma ferramenta do geógrafo. **Revista GEOUSP: revista da pós-graduação em Geografia**. n. 2. p. 85-89, 1997.
- AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; FLORÊNCIO, Lourdinha; CARNEIRO, Rosa Maria. **Pesquisa (ação) em saúde ambiental**. Contexto – complexidade – compromisso social. Recife: UFPE, 2001. p. 19-27.
- BOLÓS Y CAPDEVILA, María (Org.). **Manual de ciência del paisaje: teoría, métodos y aplicaciones**. Barcelona: Masson, 1992. 213p. (colección de Geografía)
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Vol. 48. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 590p. (coleção pensamento crítico).
- CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel. 1982. 318p.
- COUTO, Miguel.; CALLAI, H.; CASSETE N. – A Inserção Profissional da Geografia na Sociedade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: os outros 500 na formação do território brasileiro. 12., 2000, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: AGB, 2000. p. 79 - 92.
- FOULQUIÉ, Paul. **Diccionario Del Lenguage filosófico**. Barcelona – Madrid – Buenos Aires – México – Montevidéo: Editorial Labor S.A. 1967. 1089p.
- GEORGE, Pierre. **Os métodos da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel. 1986. 116p.

- GOMES, Edvânia Torres Aguiar. **Recortes de paisagens na cidade do Recife**: uma abordagem geográfica. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 1997.
- GUIMARÃES, Raul Borges. Atores políticos, representação social e produção da escala geográfica. In: MELO, Jayro Gonçalves (Org.). **Espiral do Espaço**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003. p. 7 - 21.
- JUNKER, B. H. – **A importância do Trabalho de Campo**: uma introdução às ciências sociais, 1. ed., Chicago/Rio de Janeiro, Ed. Lidador/Societas, 1971, 214.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia isso serve em primeiro lugar para fazer a Guerra**. 4.ed. Campinas: Papirus, 1997. 263p.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 145p.
- MACHADO, Gilnei. **A importância dos trabalhos de campo para os cursos de graduação em Geografia**. 66 f. Monografia (Especialização em Geografia) – Departamento de Educação e Ciências do Comportamento, Universidade Federal do Rio Grande, 2004.
- MORAES, Antonio C. Robert. **Geografia**: pequena história crítica, 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.138p.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005. 120p.
- PETRÁGLIA, Izabel Cristina. **Edgar Morin**: a educação e a complexidade do ser e do saber. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 103p.
- PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Entre a saúde e a vulnerabilidade: em busca de uma abordagem ecossocial em problemas de saúde e meio ambiente. In: PORTO, Marcelo Firpo de Souza; FREITAS, Carlos Machado de (Org.). **Problemas ambientais e vulnerabilidade**: abordagens integradoras para o campo da saúde pública. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 125-135.
- QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (coleção geografia e sociedade) 145p, 1.v.
- SÁ, Alcindo José. **Escala Geográfica e saúde do indivíduo**. Recife: 2004 (texto apresentado na disciplina Interdisciplinaridade: Ambiente e Desenvolvimento Humano – mimeo).
- SANTOS, Edinilza B.; PEREIRA, Martha P.; SOUZA JÚNIOR, Xisto S. S. de. O Profissional de Geografia e o trabalho de campo. **Revista de Geografia**, Recife, v.16, n. 2, p. 107-125. jul./dez. 2000.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 273p.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPÓSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNOESTE, 2004. p. 121-147.
- SILVA, Ana Lúcia da; CONVERSANI, Danaé Teresinha N. Educação em saúde na perspectiva da complexidade. In: VILLELA, Wilza; KALCKMANN, Suzana; PESSOTO, Umberto Catarino. **Investigar par o SUS**: construindo linhas de pesquisa. São Paulo: Instituto de Saúde, 2002. p. 55-58 (Temas em Saúde Coletiva 2)
- SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004. 219p.
- STERNBERG, Hilgard O'reilly. **Contribuição ao estudo da Geografia**: I – O trabalho de campo na Geografia; II – O laboratório de Geografia e o equipamento didático. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. p. 13-63.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. A Universidade e a Formação Profissional em Geografia. In: CONGRESSO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. 5., 1994, Curitiba. **Anais**. Curitiba: AGB, 1994.

Recebido para publicação em 20 de outubro de 2006.

Aceito para publicação em 20 de dezembro de 2006.